

A MATÉRIA DO PATRIMÓNIO

João B. Serra

¹ Unidade curricular “Património Histórico”, cadeira anual do 2º Ano do Curso de Animação Cultural (2006/2007).

² VIRILIO, P. (1999) *Stratégie de la déception*. Paris: Ed. Galilée.

³ Nascido em 1932, autor, entre outras, das seguintes obras: *L'insécurité du territoire : essai sur la géopolitique contemporaine*, éd. Stock, 1976. *Vitesse et politique : essai de dromologie*, éd. Galilée, 1977. *Défense populaire et lutttes écologiques*, éd. Galilée, 1978. *Esthétique de la disparition: essai sur le cinématisme*, éd. Balland, 1980. “Logistique de la perception”, *Cahiers du cinéma*, éd. de l'Etoile, 1984. *L'espace critique: essai sur l'urbanisme et les nouvelles technologies*, éd. Christian Bourgois, 1984. *L'Horizon négatif : essai de dromoscopie*, éd. Galilée, 1985. *La machine de vision: essai sur les nouvelles techniques de représentation*, éd. Galilée, 1988. *L'inertie polaire: essai sur le contrôle d'environnement*, éd. Christian Bourgois, 1990. *L'Ecran du désert: chronique de guerre*, éd. Galilée, 1991. *La bombe informatique: essai sur les conséquences du*

INTRODUÇÃO

Este texto é formado pelas notas tomadas no decurso da preparação de uma aula, ou melhor, de um conjunto de aulas. Não se trata de um ensaio, mas de materiais seleccionados pelo docente em função de um ponto do programa:¹ comentários à bibliografia recomendada, apontamentos de natureza explicativa, reflexões destinadas a suscitar e informar o debate intelectual.

O tema da aula é a atitude patrimonial e seus significados. Em sociedades que se caracterizam pela predação da natureza e, portanto, da história, a patrimonialização funciona num contexto contraditório: legitima-se num dever de preservação de manifestações do passado numa sociedade de generalizada velocidade que perdeu o sentido da história,² sobretudo da história dos tempos longos.

O património é convocado pelos processos de afirmação de identidade e até por estratégias de turismo e animação, mas a descontextualização a que é submetido oculta o seu significado original e sublinha a sua reificação.

O FIM DO TEMPO LONGO

A globalização dissociou o espaço das condições técnicas, ambientais e humanas (isto é, históricas) em que as sociedades, desde a revolução neolítica, o produziam. As novas tecnologias permitiram artificializar o espaço a um ritmo e numa extensão sem precedentes, destruindo o território enquanto resultado de uma longa apropriação humana. A nossa implacabilidade para com a paisagem explica que tenhamos deixado de produzir ruínas. A paisagem anterior

ostenta as marcas da presença humana que o tempo transforma em ruínas. O equivalente do nosso tempo é a catástrofe.

Paul Virilio, urbanista-filósofo,³ realizou na Fundação Cartier para as Artes Contemporâneas uma Exposição de Acidentes prefigurando um Museu de Acidentes.⁴ Para ele, o acidente é o segundo traço da civilização contemporânea (o primeiro é a velocidade), a generalização de acontecimentos catastróficos que afectam tanto o momento como a nossa expectativa de futuro: “De incidentes em acidentes, de catástrofes em cataclismos, a vida quotidiana transforma-se num caleidoscópio no qual afrontamos constantemente o que acontece, o que surge inopinadamente, por assim dizer, *ex abrupto*. No espelho quebrado, é então preciso discernir o que sucede cada vez com mais frequência e sobretudo mais rapidamente, de maneira intempestiva e até simultânea.”⁵

A par da musealização do acidente, também pretendemos proteger a natureza através da criação de dispositivos de reserva integral. Estamos aqui nos antípodas da implacabilidade. Nesta espécie de esquizofrenia, tudo o que é permitido a uma mão é interdita a outra. Se já não produzimos ruínas (Marc Augé), tornámo-nos em contrapartida muito ciosos das que nos restam e a nossa ânsia de patrimonializar não parece conhecer limites.

O LOCAL

Os processos de mundialização colocaram o acento tónico na circulação (de pessoas, bens e informações) e criaram uma comunidade virtual ligada por fluxos. Essa comunidade abstracta, não condicionada por aspectos físicos, faz de nós habitantes de um espaço abstracto, cidadãos de parte nenhuma.

Contra esta globalização, erguem-se as utopias do concreto. Enquanto a civilização moderna é cada vez mais mundial, as

développement de l'informatique, éd. Galilée, 1998.

⁴ Para Virilio, há acidentes da substância (a explosão da central de Tchernobyl), acidentes do conhecimento (o conhecimento foi ultrapassado pelo acontecimento), e o acidente da consciência (só 16 anos mais tarde é que se admitiu que as consequências de Tcheonobyl tinham atingido o Leste da França).

⁵ *Avertissement* da Exposição acima referida, organizada para evocar o primeiro aniversário do ataque às Torres Gémeas, um acidente que revestiu a forma de atentado.

utopias advogam o regresso dos nacionalismos. Enquanto a civilização moderna é cada vez mais urbana e cada vez mais artificial, as utopias defendem o regresso à natureza e o regresso à terra. Enquanto a civilização moderna é cada vez mais hipertexto, as utopias defendem o regresso ao texto, ao local.

Foi neste movimento que o património encontrou uma nova legitimidade, a do local e, como diz Françoise Choay, assim entrando para o mesmo combate das utopias. É nele que residem as esperanças de reconhecer o local, ou, como diriam os nossos antigos, de reencontrar os “*genius loci*”, o espírito do lugar. Enquanto os arquitectos deixaram de fazer cidades e se tornam cada vez mais engenheiros, ou assinam obras para a cidade genérica, o património parece constituir um reduto de autenticidade e de valor de uso identitário. Se a cidade se fragmentou e se dispersou, a nossa representação de cidade ainda continua a aludir à cidade compacta que hoje mais não é, quando é, senão cidade histórica, cidade patrimonializada.

GLOBALIZAÇÃO / RELOCALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

Não é fácil, porém, em certo sentido é talvez até mais difícil do que nunca, obter esse compromisso. É certo que o património é hoje, mais do que nunca, venerado, objecto de medidas de preservação e valorização, reconhecido geralmente como ponto fundamental ou estratégico das políticas culturais. Sucede porém que o património também se globalizou. O impacto da globalização tem sido muito violento para com o património: foi coisificado, despersonalizado, museificado (F. Choay) e, acrescento, “animado” (isto é, integrado nos dispositivos de produção de eventos). A associação do património à indústria cultural transformou-o num recurso económico. As vilas e cidades ambicionam o estatuto de Património da Humanidade por causa da oportunidade que esse estatuto representa para o turismo.

Este caminho tem de ser alvo de uma reorientação. Se todo o património é investido de imaginário, a sua capacidade evocativa não pode perder as amarras ao contexto que lhe deu origem e destino. O património precisa de reencontrar o espírito do lugar.

Aqui peço a ajuda de F. Choay. Ela tem defendido que o património seja encarado com o respeito e fidelidade devido ao passado das sociedades que o produziram e conservaram, mas também assumido como inovação, projectado no futuro pelos actores locais por mais diferentes e até contraditórios que sejam.

De facto, o património pode e deve ser encarado como uma representação do futuro, se é que me posso exprimir deste modo. Ou, como se diria nesta Escola, integrado em projecto (não um modelo, mas um cenário). Ou seja, um processo concebido para um horizonte de médio e longo prazo, com base em condições concretas e reais de uma comunidade, diagnosticadas em trabalho de campo e que entra em linha de conta com a sua participação cívica e política.

PATRIMÓNIO E ESPAÇO PÚBLICO

O património entra assim no ensaio de planeamento estratégico enquanto um elemento de consolidação do espaço público.

Alberto Magnaghi fala a este propósito de “mundialização de baixo para cima”. Nos seus trabalhos, recomenda a utilização de todos os meios técnicos disponibilizados pela globalização para promover a reapropriação do património por uma comunidade, no quadro de um projecto definido com ela. Magnaghi, que é Presidente da Rede dos Novos Municípios em Itália, há vários anos que trabalha com municípios que viram o seu património tradicional e rural devastado por estabelecimentos industriais. É autor de uma obra intitulada *Projecto Local*, onde apresenta reflexões sobre o conceito e a prática de desenvolvimento sustentável.

O espaço público – no sentido que lhe dá a filosofia política e no sentido em que se lhe referem os urbanistas – é o eixo estruturador do revigoração da cidadania e da revitalização do espaço urbano enquanto espaço de convivência social. As virtualidades pedagógicas do património, testemunho de alteridade de tempo e experiências acumuladas, reforçam o primeiro aspecto. O segundo também encontra no património um recurso que valoriza a descoberta e a construção de significados. Podemos fazer do património um caminho para reencontrar o sentido da história.

CONCLUSÃO

Os objectos patrimonializados foram e continuam a ser espelhos. Nesse sentido, representam-nos. Apontei algumas direcções em que se orienta hoje o nosso modo de olharmos esse espelho. Mas importa que a museificação não invada todo o campo patrimonial, retirando ao património função de projecto em detrimento da função de cenário de eventos. Há experiências que inserem a patrimonialização no planeamento estratégico de cidades e regiões, que obedecem ao conceito “patrimonializar segundo a nossa competência para fazer” e que merecem ser estudadas e compreendidas. •

BIBLIOGRAFIA

CHOAY, F. (1992) *L'allégorie du patrimoine*. Paris: Du Seuil [edição portuguesa (2000). Lisboa: Edições 70].

AUGÉ, M. (2003) *Le temps en ruines*. Paris: Ed. Galilée, 2003.

GUILLAUME, M. (1980) *La politique du patrimoine*. Paris: Ed. Galilée [edição portuguesa (2003). Porto: Campo das Letras].

JADÉ, M. (2006) *Patrimoine immatériel; perspectives d'interprétation du concept de patrimoine*. Paris: L'Harmattan.

MAGNAGHI, A. (2000) *Il progetto locale*. Turin: éd. Bollati Boringhieri.

Françoise CHOAY é professora de Arquitectura e Urbanismo em Paris VIII; nasceu em 1925.

Marc AUGÉ é antropólogo, professor e investigador na École des Hautes Études en Sciences Sociales – de que foi director – e no Centre National de la Recherche Scientifique; nasceu em 1935.

Marc GUILLAUME é economista, professor na Université Paris-Dauphine; nasceu em 1940.

Mariannick JADÉ é investigadora no Centro Alexandre Koyré do Musée National d' Histoire Naturelle. Prepara uma tese sobre o tema *Délimitation théorique du "patrimoine scientifique". Enjeux et perspectives du fait patrimonial des savoirs*.

Alberto MAGNAGHI é professor de Planeamento Territorial na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Florença.